

O impeachment na mídia: os presidentes Fernando Collor de Mello e Dilma Rousseff pelos editoriais do Estado de S. Paulo¹

Douglas Hinterholz CAUDURO².
Pontifícia Universidade Católica do RS, Porto Alegre, RS.

Resumo

O artigo faz uma avaliação sobre a opinião nos editoriais do jornal Estado de S. Paulo nos períodos de processo de impeachment dos presidentes Fernando Collor de Mello em 1992 e Dilma Rousseff no ano de 2016. Este trabalho vale-se da hipótese de agendamento e da análise de conteúdo para tentar desvendar os dois momentos conturbados da vida política brasileira pela visão de um dos maiores jornais do país. Ao final, pode-se concluir uma diferenciação no tratamento do jornal nos dois casos. Tratando-se do presidente Fernando Collor de Mello, o impresso lamenta o fim do governo do ex-presidente, enquanto que para presidente Dilma Rousseff, o veículo aposta que o Brasil se sairá melhor sem ela.

Palavras-chave: Jornalismo; História; *Impeachment*, Estado de S. Paulo.

Introdução

A democracia brasileira é recente. Por ser nova, a instabilidade aparece a cada período de crise. Analisando a história, percebemos quanto as turbulências políticas transformaram-se em rupturas democráticas e desestabilizaram mandatos presidenciais.

O Brasil atravessou 21 anos de Ditadura Militar. Depois disso, ficou ainda mais cinco anos sem votar de forma direta para presidente. O país desejava a volta da democracia, derrubada pelos militares no golpe de 1964³. Depois de um longo período não podendo escolher presidente, enfrentando uma delicada negociação de abertura, chegava a vez da população brasileira votar novamente, em 1989. “A história da Constituição de 1988 é um desdobramento da luta contra a ditadura militar. Talvez seja, junto com a eleição de 1989, o marco definitivo do término do autoritarismo” (GOMES, 2014, p. 19 e 20).

Novas conquistas políticas e sociais foram garantidas na Constituição de 1988, conhecida como a “Constituição Cidadã”. Após sofrer, nos anos de chumbo, os cidadãos

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XVI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestrando do PPGCom da PUCRS, e-mail: douglascauduro@gmail.com

³ João Goulart, eleito democraticamente, foi destituído do cargo pelas Forças Armadas, contando com apoio de alguns setores da sociedade e da mídia.

conquistavam diversos direitos com a nova Magna Carta brasileira, que demonstrava a preocupação do Estado com a democracia e os direitos humanos.

A votação direta para presidente, enfim, retornava. No primeiro turno, Fernando Collor de Mello, Luiz Inácio Lula da Silva⁴ e Leonel Brizola⁵ despontaram como os principais concorrentes. Para o segundo turno, passaram Collor e Lula. Em 1989, o herdeiro das organizações Arnon de Mello, grupo dono do jornal Gazeta de Alagoas, Rádios e TV Gazeta, afiliada da Rede Globo em Alagoas, era eleito presidente.

De um lado, a imprensa estabeleceu, de modo indireto e fragmentário, a “agenda” da sucessão, definido, através da crítica e da denúncia das mazelas do governo Sarney, quais deveriam ser as prioridades do novo governante, as melhores alternativas para efetivá-las, e até mesmo as qualidades pessoais desejáveis para o futuro presidente (WELTMAN, 1994, p. 103 e 104).

Mas o período Collor não durou muito. Em 1992, depois de diversas acusações, jogo midiático, e brigas de família, o Caçador de Marajás⁶ sofreu processo de impeachment. Após o afastamento de Fernando Collor, o vice-presidente Itamar Franco assumiu o poder, até janeiro de 1995. Novas eleições. Fernando Henrique Cardoso⁷ vence. Em 1998, é reeleito. Já em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva conquista sua primeira corrida eleitoral, depois de três derrotas em eleições presidenciais seguidas. No ano de 2006, Lula é reeleito. Em 2010, Dilma Rousseff⁸ é eleita presidente. A primeira mulher a governar o Brasil. Assim como o presidente Lula, a presidente Dilma também é do Partido dos Trabalhadores⁹(PT).

Mais uma eleição presidencial no ano de 2014. Os três principais candidatos são Dilma Rousseff, Aécio Neves e Marina Silva. Seguindo os passos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff é reeleita e tem mais quatro anos para governar. Só que, dessa vez, a oposição começou a cercar Dilma. A reprovação a seu

⁴ Luiz Inácio Lula da Silva, mais conhecido como Lula, foi presidente do Brasil, de 2002 a 2006, e reeleito de 2006 até 2010.

⁵ Político brasileiro que foi governador dos estados do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. No período da ditadura militar, Brizola ficou exilado, só podendo retornar ao Brasil no final da década de 70.

⁶Marajá era o termo destinado aos funcionários públicos com altos salários.

⁷Fernando Henrique Cardoso, também conhecido como FHC, é um sociólogo, cientista político, professor universitário, escritor e político brasileiro.

⁸Dilma Vana Rousseff é economista e política brasileira. Lutou contra a ditadura militar, chegando a ser torturada.

⁹Fundado em 1980, integra um dos maiores e mais importantes movimentos de esquerda da América Latina.

governo era alta. Segundo pesquisa Datafolha, 63% da população dava como ruim ou péssimo o segundo mandato da presidente. A palavra que assombrou Fernando Collor, no início dos anos 90, voltava com força, e passaria a fazer novamente parte do cotidiano da mídia: impeachment.

2 Metodologia de pesquisa

O presente trabalho utilizará o método da análise de conteúdo para investigar e desvendar o que há por trás de dois editoriais do jornal Estado de S. Paulo, pós aprovação do impeachment da presidente Dilma Rousseff, na Câmara dos Deputados, e mais outro editorial, um dia após a aprovação do processo no Senado. Somando-se assim, três editoriais, nos dias 24 de abril, 3 de maio e 13 de maio.

Também será avaliado o período entre a aprovação do impeachment do presidente Fernando Collor de Mello, na Câmara dos Deputados e no Senado, no ano de 1992. Analisando, da mesma forma, três editoriais do Estado de S. Paulo sobre o assunto. No dia 29 de setembro, data da votação do impeachment, na Câmara dos Deputados, em 30 de setembro, após a aprovação do processo de impeachment, e no dia 30 de dezembro, data da votação do impeachment no Senado.

Na análise de conteúdo, a inferência é considerada uma operação lógica destinada a extrair conhecimentos sobre os aspectos latentes da mensagem analisada. Assim como o arqueólogo ou o detetive trabalham com vestígios, o analista trabalha com índices cuidadosamente postos em evidência, tirando partido do tratamento das mensagens que manipula, para inferir (deduzir de maneira lógica) conhecimentos sobre o emissor ou sobre o destinatário da comunicação (BARDIN citado por FONSECA in BARROS e DUARTE, 2011, p. 284).

Na concepção das metodologias, a análise de conteúdo possibilita uma boa avaliação sobre as mensagens dos veículos de comunicação. Um dos objetivos deste método é compreender os discursos do emissor.

Este artigo se valerá da hipótese do agendamento (agenda setting) para fundamentar e solidificar os argumentos apresentados sobre o jornal Estado de S. Paulo na cobertura do impeachment dos presidentes Fernando Collor de Mello e Dilma Rousseff.

A teoria do agendamento defende, portanto, que o papel dos media se torna fulcral na decisão do voto devido à crescente importância das questões discutidas nas campanhas políticas em detrimento da identificação partidária (TRAQUINA, 2000, p. 14).

O século XXI é tomado por informações. Seja nos veículos tradicionais, ou mesmo pela internet, todos os dias a sociedade em geral recebe diversas notícias a cada instante. A sociedade se tornou uma civilização da informação. “Para a terminologia do agendamento, os consumidores de notícias correspondem a membros sujeitos à influência dos media que ajudam a constituir a agenda pública” (TRAQUINA, 2000, p. 20).

3 A comparação e as diferenças dos presidentes

A comparação entre os presidentes Fernando Collor e Dilma Rousseff não é difícil de ser feita. São os dois presidentes que sofreram processo de impeachment pós abertura democrática no Brasil. Mas esse tipo de pensamento pode ficar estacionado neste ponto. A relação simples de ser feita não é exata. No momento da eleição dos dois presidentes, a trajetória de Fernando Collor, como político, era maior. Collor foi prefeito de Maceió, em 1979; deputado federal, em 1982; e governador de Alagoas, em 1986. Em 10 anos de vida política, Collor alcançava o cargo máximo no Brasil.

Depois de ter vencido outros 21 candidatos no ano de 1989, Fernando Collor, em sua ascensão meteórica, chegava ao palácio do planalto aos 40 anos de idade. Seus conselheiros políticos em Brasília eram Renan Calheiros¹⁰ e Cleto Falcão¹¹. Quando governador, os boatos sobre os esquemas de Collor e Paulo César Farias circulavam somente por Alagoas. Como Chefe de Estado, os rumores aumentaram.

A presidente Dilma Rousseff era eleita pela primeira vez em 2010. Seu primeiro cargo, dado pelas urnas foi o da Presidência da República. Antes disso, Dilma foi secretária municipal da Fazenda em Porto Alegre na gestão de Alceu Collares¹², secretária estadual de Minas e Energia, nos governos Alceu Collares e Olívio Dutra¹³ no Rio Grande do Sul, mais tarde, no governo Luiz Inácio Lula da Silva, assumiu o Ministério de Minas e Energia, e, posteriormente, a Casa Civil.

¹⁰José Renan Vasconcelos Calheiros é um político brasileiro acusado várias por envolvimento em casos de corrupção, chegando a renunciar ao cargo de presidente do Senado em 2007.

¹¹William Cleto Falcão de Alencar foi um político brasileiro morto em virtude de um câncer no fígado. Era aliado de Fernando Collor até votar a favor do impeachment do presidente.

¹²Alceu de Deus Collares é um político brasileiro. Foi governador do estado do Rio Grande do Sul entre 1991 e 1995. Também foi deputado federal por cinco mandatos e prefeito de Porto Alegre entre 1986 e 1989.

¹³Filiado ao Partido dos Trabalhadores, Olívio de Oliveira Dutra é um sindicalista e político brasileiro, com base política no Rio Grande do Sul, tendo sido prefeito de Porto Alegre, governador do Estado do Rio Grande do Sul e Ministro das Cidades.

Sofrendo diversas ameaças de perder o cargo à frente das Organizações Arnon de Mello e de sabotagem no casamento, o irmão do presidente Fernando Collor, Pedro Collor de Mello resolveu contar tudo o que sabia sobre os esquemas e os sócios do presidente do Brasil. As denúncias caíram como uma bomba no país.

Comecei dizendo que Fernando Collor de Mello, meu irmão e presidente da República, era sócio de Paulo César Farias num monumental esquema de extorsão que contaminava toda a relação do governo federal com a iniciativa privada. Como indicativo dessa sociedade, citei um apartamento em Paris, avaliado em cerca de 3 milhões de dólares, que PC comprara para Fernando. Conteí que o contrato de compra do apartamento fora regularizado por Paulo Jacintho. Relatei a forma como os dois extorquiam e partilhavam o produto do crime, à proporção de 70% para Fernando e 30% para PC. Falei sobre os gastos de Rosane, mantidos por PC. [...] No fim, dizia que se eu fosse assassinado os mandantes teriam sido Fernando Collor e Paulo César (COLLOR, 1993, p. 192 e 193).

Mesmo com a distinção desses dois políticos, apesar de 24 anos já terem se passado, a mídia optou pelas comparações e resolveu estabelecer uma referência no passado, traçando em paralelo, como podemos notar na matéria do Estado de S. Paulo, intitulada “Dilma repete gesto de Collor e desce para saudar manifestantes”, publicado no jornal Zero Hora.

A descida da rampa do Planalto era um gesto comumente visto durante o governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello. Normalmente, às sextas-feiras, Collor descia a rampa e ia em direção ao povo para cumprimentar as pessoas. Na época, não havia grades separando o palácio e a rua (Estadão Conteúdo, citado por Zero Hora, 19 abr. 2016).

Mesmo que muitos não considerem, há pelo menos mais uma diferença entre os dois presidentes que sofreram processo de impeachment. Em 1992, Pedro Collor de Mello, irmão de Fernando Collor de Mello, procurou a revista *Veja*, e em entrevista¹⁴, anunciou que seu irmão era sócio de uma quadrilha que roubava, sofrendo acusações de tráfico de influências e cobranças de propina. Em 2016, o que se coloca contra Dilma Rousseff, é a corrupção de seu partido (Partido dos Trabalhadores), a incompetência de sua gestão, e o ponto principal da abertura do processo de impeachment é a acusação de descumprir a legislação fiscal, ao utilizar dinheiro de bancos públicos para cobrir déficits orçamentários:

Este princípio da função de agendamento desempenhada pelos media prediz que vamos encontrar uma acentuada relação positiva entre as ênfases da cobertura mediática e a importância assumida por esses assuntos para os indivíduos que compõem o público. Mais, este princípio é formulado em termos causais: a saliência acrescida de um assunto nos media provoca o

¹⁴Entrevista concedida por Pedro Collor à Revista *Veja*, publicada em 27 maio 1992, intitulada “Pedro conta tudo”. Na entrevista, Collor fala sobre os esquemas do irmão (Fernando Collor), mas não apresenta provas.

aumento da importância desse assunto na consciência das pessoas. (TRAQUINA, 2000, p. 65).

4 O presidente Fernando Collor de Mello e o Estado de S. Paulo

A primeira tentativa de Fernando Collor como candidato à presidência teve êxito. Em uma eleição muito disputada, contando com 22 candidatos ao cargo, a promessa de modernidade e desenvolvimento acabou vencendo outros adversários mais conhecidos. Após 29 anos de espera, a população brasileira pode votar de forma direta, novamente para presidente. Os dois candidatos que foram ao segundo turno pregavam políticas econômicas opostas. Fernando Collor baseava-se na redução do papel do Estado na economia, enquanto Luiz Inácio Lula da Silva desejava uma forte presença do Estado na economia. O resultado final foi apertado. Collor atingiu 42,75%, e Lula 37,86%.

[...]Num movimento ao mesmo tempo autônomo e editorialmente comprometido com o desenvolvimento da própria “agenda” (mas não, necessariamente, com a eleição), ajudou a forjar a imagem do “caçador de marajás”, do jovem intrépido governador de Alagoas que parecia aplicar ao pequeno estado nordestino o receituário administrativo de que o governo federal carecia (WELTMAN, 1994, p. 104).

Em 1992, após graves acusações contra o governo do presidente Fernando Collor de Mello, a Câmara dos Deputados votou, no dia 29 de setembro, a aceitação da continuidade do processo de impeachment. Naquele mesmo dia, o Estado de S. Paulo publica em editorial na página 03, um pedido de cautela com a Constituição vigente:

Fugiríamos a nosso dever se não transmitíssemos a nossos leitores a preocupação que nos assalta no dia de hoje, quando a Câmara dos Deputados vota a autorização para que se processe o presidente da República. [...] Se qualquer um de nós ceder a paixão e permitir que sua vontade – a favor ou contra – a permanência do presidente da República em suas funções – se sobreponha àquilo que estabelece a Constituição, estaremos, aí sim, caminhando para o desconhecido[...] (Estado de S. Paulo, 29 set. 1992).

A votação foi acachapante. Na Câmara, 441 deputados votaram a favor e 33 votaram contra. Agora, o processo seguia para o Senado. Um dia após a votação, no dia 30 de setembro de 1992, o Estado de S. Paulo lamenta pelo povo que apostou no jovem candidato Fernando Collor e acredita que, agora, o país voltava para as mãos da velha política:

A Nação, hoje, amarga o sentimento de ter sido traída – pelo menos os 35 milhões de eleitores, que em 1989, sufragaram o jovem que tinha pressa em nome de sua geração – por aquele em quem depositara as suas esperanças. Se os demais, os que formaram do outro lado da trincheira e agora vêm batido o adversário de ontem, têm motivos aparentes para alegrar-se, no

íntimo também eles sabem que foi obtida uma meia vitória. Muitos dos votos “sim” que garantiram o triunfo das oposições vieram de representantes do velho “sistema” político que agora se apresenta a dividir o poder, quando não de representantes do que o sistema Collor de Mello produziu de mais contrário ao movimento da ética na política. (Estado de S. Paulo, 30 set. 1992).

No dia 1º de outubro, o processo é instaurado no Senado. No dia 2 de outubro, o presidente Fernando Collor de Mello é afastado, tendo que Itamar Franco, vice-presidente na chapa, assumir o governo.

No dia 29 de dezembro, inicia-se o julgamento no Senado. O presidente, em uma tentativa de não sair tão manchado da história, anuncia sua renúncia, por meio de carta. Mas um dia depois, em 30 de dezembro de 1992, com 76 votos a favor e 36 contrários, Fernando Collor de Mello é condenado à perda do mandato e fica inelegível por oito anos. Nessa mesma data, o Estado de S. Paulo já coloca o ex-presidente como candidato no futuro e aposta no esquecimento da população:

Terminou, assim, melancolicamente, um governo que havia despertado tantas esperanças. Candidato sempre, o cidadão Fernando Collor de Mello agora espera que a crise faça que em breve, ou a médio prazo, seus malfeitos sejam esquecidos e ele possa voltar ao cenário político (Estado de S. Paulo, 30 dez. 1992).

Na sociedade moderna, a grande mídia é responsável em deixar os cidadãos informados sobre os acontecimentos. A mídia faz o trabalho de fiscalizador das questões sociais e políticas. Na democracia, existe a necessidade dos veículos de comunicação em trazer as notícias para o dia a dia das pessoas:

Portanto, dependendo da mídia, sofreremos sua influência, não a curto, mas a médio e longo prazos, não nos impondo determinados conceitos, mas incluindo em nossas preocupações certos temas que, de outro modo, não chegariam a nosso conhecimento e, muito menos, tornar-se-iam temas de nossa agenda. (HOHLFELDT, 2000, p. 193).

5 A presidente Dilma Roussef e o Estado de S. Paulo

Nas eleições de 2010, Dilma Rousseff chegou à presidência com mais de 55 milhões de votos, enquanto que, em sua reeleição, atingiu a soma de 54,5 milhões de votos. Era o Partido dos Trabalhadores conquistando mais um mandato presidencial, emplacando, assim, 16 anos de governo. Só que dessa vez a sociedade brasileira começava a mostrar-se dividida.

As duas eleições foram para o segundo turno, as duas disputas ficaram entre o Partido dos Trabalhadores e o Partido da Social Democracia Brasileira¹⁵ (PSDB). Em 2010, o candidato do PSDB, José Serra¹⁶, perdeu por uma distância superior a 12 milhões de votos, enquanto, em 2014, Aécio Neves¹⁷ foi derrotado por um pouco mais de 3 milhões de votos.

No primeiro ano do segundo mandato, a presidente Dilma Rousseff sofria acusações de estelionato eleitoral, má gestão da Petrobras e improbidade administrativa. Em 2 de dezembro de 2015, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha¹⁸, aceitou o pedido de impeachment, por crime de responsabilidade, elaborado pelo procurador de justiça, Hélio Bicudo, e pelos advogados Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. As acusações foram feitas somente contra a presidente Dilma Rousseff, não incorporando o vice-presidente Michel Temer¹⁹.

Após a aceitação do pedido e da formação da comissão especial, na Câmara dos Deputados, aprovando a continuidade do processo, no dia 17 de abril, a Câmara dos Deputados aprovou o relatório em 367 votos favoráveis e 137 contrários. No dia 24 de abril, apenas sete dias depois, o Estado de S. Paulo, em editorial intitulado “Falta de espírito público”, já planeja o governo Michel Temer e ataca o Partido dos Trabalhadores e seus últimos presidentes eleitos.

Luiz Inácio Lula da Silva jamais deixou de fazer campanha eleitoral, nem mesmo quando sua desastrada pupila, Dilma Rousseff, passou a ocupar a cadeira presidencial. Quase todos os atos de Lula, na Presidência e fora dela, bem como as iniciativas de Dilma no governo, sempre tiveram claros objetivos eleitorais. Foi esse comportamento que levou o Brasil ao desastre. Reiterado, pode condenar o País ao atraso. [...]O PT, os partidos radicais e os tais movimentos sociais – vem demonstrando formidável firmeza coletiva. Sob a voz de comando de Lula, a tigrada já declarou guerra a Temer e conta com a desunião dos adversários para triunfar, condenando o Brasil ao caos (Estado de S. Paulo, 24 abr. 2016).

Fundado em 1876, o jornal Estado de S. Paulo, conhecido também por Estadão, é um veículo tradicionalmente conservador. O Estado de S. Paulo é o jornal voltado ao público de elite. Em 3 de maio, menos de um mês após a votação do impeachment na

¹⁵ Partido político brasileiro, fundado em 1988. Seu símbolo é um tucano.

¹⁶ Economista e político brasileiro.

¹⁷ Economista e político brasileiro, neto do ex-presidente Tancredo Neves.

¹⁸ Político brasileiro filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

¹⁹ Político e advogado. Foi vice-presidente nos dois mandatos da presidente Dilma Rousseff.

Câmara dos Deputados, o impresso segue na sua manutenção de críticas ao governo da presidente Dilma Rousseff, em editorial intitulado “O país que se dane”:

No comício promovido pela CUT em São Paulo para comemorar o 1.º de maio, a presidente Dilma Rousseff mostrou-se capaz de, nos estertores de seu catastrófico mandato, transpor a barreira do ridículo para se perder nas brumas da falta de juízo. É o caso de se pensar se já não é mais questão de mero impeachment, mas de auxílio terapêutico. Não há outra explicação para Dilma ter afirmado que seus opositores são os verdadeiros “responsáveis pela economia brasileira estar passando uma grande crise”. [...] É triste constatar que Dilma Rousseff renunciou à possibilidade de deixar o governo com um mínimo de dignidade, se não admitindo honestamente erros cometidos – atitude que não combina com sua enorme arrogância – pelo menos se poupando, e ao País, do deplorável espetáculo desse ímpeto revanchista com que tenta transferir a outros a responsabilidade por sua clamorosa incompetência. A escalada de absurdos a que Dilma se entregou nesses últimos dias torna plausível até as mais disparatadas especulações que circulam em Brasília. Fala-se, por exemplo, que, para registrar de modo dramático sua indignação e repulsa ao “golpe” de que se considera vítima, Dilma estaria cogitando receber a comunicação oficial do afastamento literalmente acorrentada a sua cadeira presidencial. Só pensar em tal cena já é um disparate. [...] Dilma e a tigrada do PT, enquanto agonizam politicamente, não deixarão passar nenhuma oportunidade para “infernizar” o governo que deverá assumir nos próximos dias. O País? Ora, o País que se dane (Estado de S. Paulo, 03 maio 2016).

No dia 12 de maio, o Senado aprovou, por 55 votos a 22 contrários, a abertura do processo, afastando a presidente Dilma Rousseff até que os procedimentos sejam concluídos. Um dia depois, o Estado de S. Paulo já visualiza com bons olhos o futuro do país nas mãos de Michel Temer, como novo presidente do Brasil.

O que se espera de Michel Temer é que, partindo do princípio que a política é a arte de aliar meios a fins, não corrompa os fins – as ideias – rendendo-se à prática de meios reprováveis. Restaurada a moralidade e devolvida alguma eficiência ao governo, a Nação brasileira fará o que sempre soube fazer: crescerá em paz e prosperará em abundância. (Estado de S. Paulo, 13 maio 2016).

Dessa forma, em um curto espaço de tempo, menos de um mês, podemos notar claramente o posicionamento do impresso. A opinião do jornal. O pensamento sobre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sobre o Partido dos Trabalhadores, da presidente Dilma Rousseff, e de seus seguidores. O Estado de S. Paulo destilou ódio contra os presidentes da era petista no Brasil. Além disso, contando com um passe de mágica, aposta que a moralidade do governo de Michel Temer fará renascer a abundância na sociedade brasileira.

Em consequência da ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou

negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os *mass media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos *mass media* aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas (SHAW citado por WOLF, 1999, p. 144).

Considerações finais

Através da análise de conteúdo e da hipótese de agendamento pode-se avaliar que o jornal Estado de S. Paulo fez uma leitura diferente quanto aos dois processos de impeachment. Mesmo que os dois presidentes demonstrassem diferenças históricas como foram mostradas neste trabalho, o impresso se mostrou brando no julgamento do presidente Fernando Collor de Mello, enquanto que foi áspero com a presidente Dilma Rousseff.

Em 1992, período do presidente Fernando Collor de Mello, o impresso lastimou a saída por corrupção do governante que tinha o perfil ideal, segundo a própria publicação, para estar à frente do país. Chegou até a sinalizar para que ninguém pusesse em risco a Constituição nacional, elaborada em 1988. Não retoma essa mesma preocupação, em 2016, e deixa também de fazer menção em salvaguardar a democracia no Brasil. Além disso, o jornal já apostava no esquecimento da população brasileira e lançava o recém impedido presidente Fernando Collor de Mello como eterno candidato.

No ano de 2016, a postura do Estado de S. Paulo foi diferente. O jornal se postou no ataque ao Partido dos Trabalhadores, chamando inclusive seus eleitores de tigrada. Também desferiu ataques pessoais aos dois últimos presidentes eleitos pelo Partido dos Trabalhadores. A presidente Dilma Rousseff ficou rotulada pelo jornal como incompetente, sem dignidade, desastrada pupila do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e que necessita de auxílio terapêutico. Indo mais além, o jornal destacou que, com o presidente em exercício, Michel Temer, a moralidade voltava a aparecer.

O Estado de S. Paulo lastimou o envolvimento do presidente Fernando Collor de Mello em casos de corrupção. O jornal expressava a esperança de que Collor de Mello era o candidato certo, com ideias certas, políticas modernas e apropriadas. Chegando até mesmo em apostar no recomeço de Fernando Collor de Mello como político, não vislumbrou um bom futuro para o Brasil após o impedimento de Collor. Em 2016 a história foi oposta. O jornal se lançou contra a presidente Dilma Rousseff, o Partido dos Trabalhadores e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em suas linhas, apostou na desmoralização desse trio,

na desconstrução dos dois políticos e de seu partido. E, ao contrário de 1992, o Estado de S. Paulo passou a especular um futuro melhor com o novo governo interino.

Referências bibliográficas

AMORIM, Paulo Henrique. **O Quarto Poder**: Uma outra história. São Paulo: Hedra, 2015.

BOTTON, Alain de. **Notícias**: Manual do usuário. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

CONTI, Mario Sergio. **Notícias do Planalto**: A imprensa e Fernando Collor. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2011.

ESTADO DE S. PAULO, 29 set. 1992. Disponível em:
<<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19920929-36140-nac-0003-999-3-not>>. Acesso em: 17 maio 2016.

ESTADO DE S. PAULO, 30 set. 1992. Disponível em:<
<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19920930-36141-nac-0003-999-3-not>>. Acesso em: 17 maio 2016.

ESTADO DE S. PAULO, 30 dez. 1992. Disponível em:
<<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19921230-36232-nac-0003-999-3-not>>. Acesso em: 17 maio 2016.

ESTADÃO CONTEÚDO, 19 abr. 2016. In: ZERO HORA, 19 abr. 2016. Disponível em:
<<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2016/04/dilma-repete-gesto-de-collor-e-desce-rampado-planalto-para-saudar-manifestantes-5782175.html>>. Acesso em: 10 maio 2016.

ESTADO DE S. PAULO, 24 abr. 2016. Disponível em:
<<http://opinio.estadao.com.br/noticias/geral,falta-de-espirito-publico,10000027692>>. Acesso em: 11 maio 2016.

ESTADO DE S. PAULO, 03 de maio 2016. Disponível em:
<<http://m.opinio.estadao.com.br/noticias/geral,o-pais-que-se-dane,10000048724>>. Acesso em: 14 maio 2016.

ESTADO DE S. PAULO, 13 de maio 2016. Disponível em:
<<http://opinio.estadao.com.br/noticias/geral,a-missao-de-temer,10000050948>>. Acesso em: 14 de maio 2016.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2006.

HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz; FRANÇA, Vera Veiga (org). **Teorias da Comunicação**: Conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006.

GOMES, Rodrigo de Aguiar. **1989**: A maior eleição da história. Porto Alegre: Lorigraf, 2014.

KRIEGER, Gustavo; NOVAES, Luiz Antônio; FARIAS, Tales. **Todos os sócios do Presidente**. São Paulo: Página Aberta, 1992.

LAGO, Cláudia; ROMANCINI, Richard. **História do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.

LARANJEIRA, Álvaro Nunes. **A mídia e o regime militar**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

MELO, Carlos. **Collor: O ator e suas circunstâncias**. São Paulo: Novo Conceito, 2007.

MELLO, Pedro Collor de. Passando a Limpo. **A trajetória de um farsante: Memórias/ Pedro Collor de Mello**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. Revista Educação. Volume 22, 1999. Disponível: http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html. Acesso em: 21 de julho. 2015.

RUBIM, Albino. “**Comunicação, espaço público e eleições presidenciais**”. Revista Comunicação e Política, CBELA, v. 9, 1989.

RUDIGER, Francisco. **Introdução à teoria da comunicação: Problemas correntes e autores**. São Paulo: EDICON, 1998.

SILVA, Juremir Machado da. **O que pesquisar quer dizer**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

_____, Juremir Machado da. **A sociedade medíocre**. Passagem ao hiperespetacular: O fim do direito autoral, do livro e da escrita. Porto Alegre: Sulina, 2013.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Getúlio a Castelo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SODRÉ, Nelson Weneck. **História da imprensa no Brasil**. Porto Alegre: Edipucrs, 2011.

TRAQUINA, Nelson. **O Poder do Jornalismo: Análise e textos da teoria do agendamento**. Coimbra: Minerva, 2000.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação: Mass Media: Contextos e paradigmas; Novas tendências; Efeitos a longo prazo; newsmaking**. Lisboa: Presença, 1999.